

O Morro da Graça e a política carioca[1]

Surama Conde Sá Pinto

Professora Adjunta do Programa de Mestrado em História da USS

O modelo de República vitorioso implantado no Brasil no final do século XIX abriu espaço para a projeção nacional de figuras e locais que acabaram tornando-se parte da cultura política da época.[2] Pinheiro Machado e a sua residência – o Morro da Graça –, para onde afluíam interessados em acordos, alianças e/ou benesses, são exemplos delas. A ação política do velho general gaúcho, que chegou a ganhar uma marcha carnavalesca – Bico na Chaleira – que de tão popular consagrou o uso dos termos chaleira e chaleirar como sinônimos de bajulador e bajular, não se circunscreveu, no entanto, à arena nacional. A política local do Rio de Janeiro, cidade marcada por grandes desigualdades sociais, também foi espaço de sua atuação, embora os historiadores lhe tenham dispensado pouca atenção.

Esta comunicação tem como proposta apresentar resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento que visa exatamente analisar as relações entre o Morro da Graça e a política carioca nas primeiras décadas do século XX, fase de maior projeção de Pinheiro Machado no cenário político nacional e no campo político da cidade.[3] Tomando como base a documentação legislativa, o que se busca mostrar é que Pinheiro Machado e o pinheirismo, aqui entendido enquanto um conjunto de práticas políticas ligado ao velho general, foram fator de dissensão e um elemento diferenciador entre os membros da elite política carioca.

...

Até fins da década de 1980, período em que se observa um sensível crescimento de estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro,[4] a história política carioca não era objeto de maior interesse por parte dos pesquisadores.[5] Dois fatores parecem estar diretamente relacionados a essa tendência de se deixar a história política do Rio de Janeiro num segundo plano. Um deles é o processo de descrédito experimentado pela história política, produto de uma série de críticas que a ela foram dirigidas por historiadores identificados com paradigmas dominantes na historiografia até os anos oitenta do século XX.[6] O outro é a ampla difusão nos meios acadêmico, jornalístico e político da idéia da nacionalização da política carioca. De acordo com essa idéia, por sediar a capital do país e não gozar efetivamente de autonomia administrativa, os políticos cariocas teriam sido absorvidos pelo debate político nacional e, conseqüentemente, a cidade teria encontrado sérias dificuldades em organizar-se enquanto sujeito político. Como desdobramento direto dessa situação a história política carioca confundir-se-ia com a história política nacional.

É no bojo dessas tendências que se pode inserir a produção de um grupo de pesquisadores que em seus trabalhos, abordando temáticas variadas, sublinharam a forte interferência do Governo Federal na dinâmica política do Distrito Federal ao longo da Primeira República.[7]

Mas se nos anos 80 a política carioca não foi focalizada na produção acadêmica, na década de noventa assistiu-se a uma sensível modificação neste quadro.

Nos centros de Pós-graduação do estado do Rio começaram a ser produzidos uma série de teses em cujo eixo central está a proposta de se resgatar trajetória política da cidade do Rio.[8] Este maior interesse está relacionado a uma convergência de fatores de ordem interna e externa à própria pesquisa histórica. No que diz respeito aos fatores

externos, o aniversário de 25 anos da fusão do antigo estado da Guanabara com o estado do Rio e os debates surgidos na ocasião, estimulou pesquisadores a repensar a experiência política da cidade do Rio de Janeiro.

De uma maneira geral, esta produção, apesar de privilegiar, em termos de corte cronológico, diferentes períodos do regime republicano, apresenta um conjunto de características em comum. O uso da abordagem da cultura política e a forte influência no plano teórico da obra de Pierre Bourdieu são algumas delas.[9] A principal, contudo, é o empenho em relativizar a idéia da nacionalização da política carioca.

Em relação a este aspecto, sem deixar de reconhecer que a nacionalização foi um fenômeno marcante na vida política da cidade e que ao longo do tempo em que o Rio sediou a capital do país o governo federal sempre atuou no sentido de neutralizar as reivindicações políticas locais, o que estes novos estudos têm descortinado é o outro lado da moeda, ou seja, as estratégias acionadas pelas elites políticas cariocas em diferentes conjunturas para atuarem nesse campo político partilhado de forma desigual. Em meio a estes trabalhos merece destaque o livro *Uma capital para a República: poder federal e forças locais no campo político carioca*, único em termos de corte cronológico localizado na Primeira República. Nele a preocupação central do autor é examinar o processo de construção política da capital republicana no período considerado definidor de seus traços fundamentais, entre 1889 e 1906.

Utilizando como base documental os anais da Câmara e do Senado e a imprensa, a Américo Freire, autor do referido estudo, defende que o modelo político de capital vitorioso, gestado num longo processo, consistiu em um conjunto institucional de difícil manejo com a presença de órgãos de diferentes níveis (federal e municipal) e sem um claro centro de gravidade.

Apesar da grande contribuição que o trabalho de Freire e os estudos anteriormente realizados representam no debates sobre a dinâmica política carioca na Primeira República, uma série de questões relativas à ação dos representantes cariocas no Congresso, ao funcionamento da política do Distrito Federal e ao papel nela desempenhado por diferentes instituições durante muito tempo permaneceram sem ser tratadas. Num estudo realizado sobre as elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro entre 1909-1922, tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro,[10] tive a oportunidade de contribuir para este debate ao discutir o perfil dos membros da elite política carioca,[11] o papel do prefeito no jogo político local,[12] a dinâmica partidária da cidade,[13] a atuação do Senado,[14] o comportamento da bancada carioca no Congresso[15] e a relação estabelecida entre os representantes da cidade, governo federal e os prefeitos no período compreendido entre 1909 e 1922.[16] Abordar estas questões foi o caminho utilizado para testar alguns enunciados presentes nas análises de diversos autores que na falta de pesquisas empiricamente fundamentadas acabaram se tornando lugar comum, como as idéias da origem heterogênea dos membros da elite política carioca, da debilidade das instituições partidárias da cidade, do Senado como órgão supervisor das instituições e/ou árbitro na política carioca, da falta de coesão da bancada carioca no Congresso devido ao fato desta elite ser em grande medida absorvida pelo debate político nacional e da figura do prefeito como um mero administrador ou interventor do governo federal no campo político da cidade.[17]

Por outro lado, em função de razões de natureza variada, entre as quais se destacam recursos disponíveis (inclusive de tempo), a pesquisa não pode (nem tinha a pretensão de) dar conta de todas as questões que em geral são levantadas quando a temática é política carioca na Primeira República. É o caso, para citar um exemplo, da questão relativa à influência e atuação de Pinheiro Machado sobre os rumos da política do

Distrito Federal.

A ação de Pinheiro Machado no cenário político nacional tem sido, nos últimos anos, objeto de interessantes análises.[18] O mesmo não se pode dizer, contudo, quando se fala da sua relação com a política carioca e com os representantes da cidade.

Em contrapartida, ao longo da primeira década do século XX e meados da segunda inúmeros são os casos de denúncias feitas por deputados da representação do Distrito Federal contra a influência do velho general seja no reconhecimento dos eleitos para o Congresso, para o Conselho Municipal ou mesmo no encaminhamento de questões relativas à vida cotidiana da cidade. Basta lembrar que entre novembro de 1910 e maio de 1916 à frente do Executivo municipal carioca estiveram dois gaúchos que tinham laços bastante estreitos como general - o engenheiro militar Bento Manuel Ribeiro Carneiro e o advogado e jornalista, natural de Sant'ana do Livramento, Rivadávia da Cunha Corrêa. Não há, no entanto, estudos baseados em pesquisas empiricamente fundamentadas sobre a questão. As relações entre o Morro da Graça e a política carioca são um capítulo ainda não escrito na história da cidade.

Eram íntimas as relações entre o velho general e a cidade do Rio. Diferente da maioria dos parlamentares de sua época, Pinheiro Machado tinha residência fixa na capital da República: um palacete no Morro da Graça, para onde os políticos mais chegados e/ou interessados em favores faziam romarias e muitas questões importantes da República eram tratadas.[19]

Com um estilo próprio de fazer política, ao longo de sua trajetória Pinheiro Machado não fez só admiradores, também colecionou muitos desafetos. O velho general gaúcho pode ser tomado como ícone de um modelo de República vitorioso e, ao mesmo tempo, a imagem da derrota do projeto de República defendido na fase da propaganda pelos chamados republicanos radicais.

Apesar da maioria de seus adversários condenarem a intervenção do crime para a solução de questões políticas, nem por isso sua atuação no cenário político nacional deixou de ser alvo de críticas por ocasião da sua morte ocorrida em 8 de agosto de 1915. Mesmo quando ainda vivo, e a despeito de todo tipo de constrangimento imposto na Primeira República às vozes não afinadas com o situacionismo, não foram raras as vezes em que no parlamento e na imprensa foram feitas denúncias contra práticas políticas do velho general, ao que se convencionou chamar de pinheirismo. Sobre este aspecto merece destaque a iniciativa de alguns políticos da representação do Distrito Federal que, além de condenarem muitos de seus procedimentos no plano político federal, criticavam o alto grau de ingerência de Pinheiro Machado na política carioca. O diálogo entre os deputados da bancada do Distrito Federal Vicente Piragibe e Salles Filho no qual Piragibe esclarece sua entrada para o Congresso em 1915 é bastante revelador a este respeito:

“Entrei para a Câmara, pela primeira vez, tendo a oposição do Sr. Pinheiro Machado, entrei depois de três pareceres unânimes.

Não apoiado. Pinheiro Machado nunca se oppôs ao seu reconhecimento, consentiu ... (o grifo é nosso)” [20]

Conforme mostram os resultados parciais da pesquisa realizada, a ação política de Pinheiro Machado era um fator de dissensão entre segmentos da elite política carioca, particularmente entre deputados e senadores que fizeram parte da representação do Distrito Federal nas duas primeiras décadas do século vinte. A título de esclarecimento, convém destacar que o Rio de Janeiro era o único município com representação no Congresso na Primeira República. A bancada carioca era composta por 10 (dez)

deputados e 3 (três) senadores.

Em meio a esse universo é possível observar a nítida conformação de dois grupos: um, mais numeroso, que jurava bandeira no pinheirismo, e outro, de menor proporção, mas não menos atuante, que se colocava no sentido radicalmente oposto.

O primeiro grupo era liderado pelo senador Augusto de Vasconcellos, médico carioca, conhecido por seus adversários políticos como senador rapadura, em alusão à sua origem humilde. Vasconcellos se projetou na política carioca ao integrar chamado Triângulo, grupo composto por chefias políticas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, consideradas áreas rurais da cidade. Em 1906, após a morte de Barata Ribeiro, tornou-se chefe do Partido Republicano do Distrito Federal, que seria convertido em Partido Republicano Conservador do Distrito Federal em 1910, assumindo a denominação da organização política criada e conduzida no plano nacional por Pinheiro Machado.

O segundo grupo era bastante diversificado, embora unido pela crítica à ação política de Pinheiro Machado. Dele faziam parte os deputados Barbosa Lima, Irineu Machado, Octacílio Camará e Vicente Piragibe, entre outros, políticos que se recusavam a fazer o que Rui Barbosa chamava de “política das nádegas,” ou seja, seguir a orientação política de Machado.

O assassinato do velho general foi sem dúvida um momento em que as divergências em termos de orientação política da bancada carioca no Congresso afloraram de forma bastante nítida. Enquanto representantes de diversos estados da federação se revezaram na tribuna da Câmara e do Senado para prestar as últimas homenagens a Machado, Barbosa Lima, num discurso inflamado, fez uma espécie de radiografia da ação política do general, comparando-o ao que chamou uma praga. Vale à pena, nesse sentido reproduzir um trecho desse discurso.

“Que cousa é o pinheirismo?”

É uma diathese nefanda que se apoderou da collectividade brasileira, mingando-lhe as energias atavicas, desmoralizando lhe as forças orgânicas, prostituindo-lhe, por pavor, o melhor das suas aspirações tradicionaes.

Que cousa é o Pinheirismo?

É o adulterio de uma desposada querida, que foi, em algum dia da nossa formossíssima história, consorte honestíssima, o archetypo das virtudes civicas ao lado do incomparável Júlio de Castilhos e do potentoso Benjamim Constant, apoiada, em todos os incidentes da sua vida pulchra, na espada, em cujos punhos não pôde segurar nenhum dos epigonos, e que o braço potente de Deodoro fez flamejar nos horizontes brasileiros para nos dar uma República, que 25 annos depois de sua fundação, nós vimos encontrar esfarrapada, polluída pela praga do pinheirismo.

Que cousa é o Pinheirismo?

É a subversão da seriedade abarracada nos tribunaes da República, uma facção em combate ao lado dos máos em pequeno n.º, contra os bons em maioria! É a insidia partidária systematizada ao lado de um obscuro soldado, hodierno de um nome glorioso, para o haver de trazer, para o haver de arrastar da notoriedade querida com que era querido o Exército – e eu me refiro ao marechal Hermes da Fonseca para o haver de devolver no fim de 4 annos de devassidão governamental, aos seus concidadãos, como um trapo feito bandeira de prestitos carnavalescos, batendo o record do ridículo universal!

É essa a obra do Pinheirismo; proceder assim como um representante do Exército austero e sobrio, digno e comedido, do Exército, para quem a população brasileira se voltava como podendo ser a classe fundada para repor a República de 1910 nos mesmos gonzos de ouro em que girava na madrugada de 15 de novembro de 1889, e essa era a

esperança de todos os homens de boa fé e, elles se chamavam legião que aheriram honradamente a candidatura do marechal Hermes, na certeza de que S. Ex.^a, alheio aos conluos partidários, ás intrigas da politicagem, se sobreporia a todos os corrilhos e faria a felicidade da pátria, realizando a República.

...

Eu estou definindo uma praga não estou escalpelando um homem!

...

Os degoladores impenitentes não me aterram, não me desviam, não me fazem callar, porque estou realizando uma obra necessária de saneamento, descendo com repugnância á fossa em que jaz essa purulência!

...

Não quero analysar o homem. Os biographos de amanhã hão de fazêl-o, tenho que estudar uma praga política, que se alastra pelo paiz, que invade os tribunaes, que invade a política, que invade os comicios eleitoraes, para expor a República á vergonha em que ella se debate.”[21]

Predisposição mórbida a doenças, adultério, subversão da seriedade, estas foram algumas das formas de classificação empregadas pelo deputado da representação carioca ao dissecar a ação política de Pinheiro Machado. Barbosa Lima e Irineu Machado recusaram-se no período a frequentar o Morro da Graça, optando por se conservarem fiéis ao Partido Liberal e ao seu chefe supremo Rui Barbosa. Esta fidelidade de princípios teve um preço. Custou a cabeça de Barbosa Lima que não teve a mesma sorte de Irineu Machado que foi buscar abrigo na bancada mineira fugindo assim de ser degolado pelo general gaúcho na fase de reconhecimento para a composição da oitava legislatura da Câmara dos Deputados.

Vicente Piragibe, que entraria para a Câmara em 1915, echo desse discurso. açstante no um conjunto de pr também foi um dos que pagaram pela oposição ao pinheirismo. Por desancar em seus artigos através de sua folha A Época o PRC, durante a decretação do estado de sítio no governo Hermes foi preso por sessenta dias. Seu relato é revelador a esse respeito: “Sob o domínio do pinheirismo, ..., andava eu, pela ruas desta cidade, como um perseguido, como um condenado, não tendo mesmo o direito de entrar livremente no meu lar.”[22]

O balanço feito sobre a ação política e o perfil do senador gaúcho pelo deputado da representação carioca não diferiu muito do teor do comentário feito por seu assassino confesso:

“Matei-o porquê era um homem nefasto. Eliminando-o, eu prestei um grande serviço a este paíz.” [23]

O que Barbosa Lima não fez, entretanto, na ocasião foi esmiuçar a rede de relações mantida entre o velho general e chefias políticas da cidade do Rio. Esta é uma etapa da pesquisa ainda em curso.

Por ora é possível afirmar que a análise da inserção do general gaúcho no campo político da cidade bem como as resistências esboçadas por políticos da representação carioca a tais práticas pode não só fornecer novos subsídios para o debate acerca da trajetória política da cidade do Rio de Janeiro na República como contribuir para um melhor desenho do federalismo brasileiro e da política oligárquica na Primeira República.

- [1] Esta pesquisa, iniciada em outubro de 2007, conta com o financiamento da FUNADESPE e da FAPERJ, através do Projeto Jovens Talentos, cujo objetivo é introduzir alunos da rede pública no universo da pesquisa acadêmica. Fazem parte da equipe de pesquisadores: Ana Paula Araújo, Géssica Penedo e Ana Luísa, alunas do ensino médio da rede pública da cidade de Vassouras.
- [2] O conceito de cultura política aqui empregado segue a definição proposta por Serge Berstein. Ver do autor BERSTEIN, Serge. “L’historien et la culture politique”. In: *Vingtième Siècle, Revue d’histoire*, n.º 35, juil/sep.1992, pp. 67-77.
- [3] Por campo político entendemos um campo de lutas concorrenciais no qual compromissos e alianças não se apresentam de forma estática. Uma das vantagens do seu uso é que ela nos permite analisar não só os processos de formação de alianças entre diferentes atores, mas também a movimentação desses pactos, ou seja, faculta se trabalhar a relação entre Pinheiro Machado e membros da elite política carioca englobando embates, enfrentamentos e cooptações. Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 184.
- [4] Para um inventário desta produção ver as resenhas de: LOBO, Eulália M. L. “Historiografia do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 45 - 62; FALCON, Francisco J. C. “O Rio de Janeiro como Objeto Historiográfico” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 63 -75; FERREIRA, Marieta de Moraes. “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes 1930 - 1975” In: *BIB*. Rio de Janeiro, n. 36, 2º semestre 1993, pp. 63 - 87; CARVALHO, Maria Alice Resende de. “Rio de Janeiro: juntando os pedaços (a propósito de uma tendência recente da produção intelectual sobre esta cidade).” In: *Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF*, n.2, 1986.
- [5] Ver FERREIRA, M. de M. op. cit., p.63
- [6] Esse movimento, embora não tenha impedido que na produção acadêmica dos Centros de Pós-graduação sediados no país o político fosse mantido como principal referência em seu discurso, fez com que novos objetos e abordagens, sobretudo aquelas que privilegiavam o econômico e o social bem como o resgate das massas, ganhassem maior espaço, transferindo muitas vezes para a sociologia e/ou para a ciência política o estudo de temáticas como elites e Estado. Sobre esta discussão ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco & D’ALÉSSIO, Márcia Mansur. “A esfera do político na produção acadêmica dos programas de Pós-graduação (1985-1994). In: *Revista Estudo Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 9, n.º 17, 1996, pp. 123-160. Para o debate em torno dos fatores responsáveis pelo descrédito experimentado pela história política e seus desdobramentos na produção historiográfica nas últimas décadas ver: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996; HIMMELFARB, Gertrude. *The new history and the old*. Harvard: University Press, 1987; LE GOFF, Jacques. “Is politics still the backbone of history?” In: *Daedalus*, 1971, pp. 1-19; FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova velha história: o retorno da história política”. In: *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, pp. 97 – 113; BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 7-37.
- [7] Ver CARVALHO, J. Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo Cia. das Letras, 1987; VENEU, Marcos Guedes. “Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895”. In: *Dados*, vol.30, n.º 1, 1987, pp. 45-72; SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1988, BASTOS, Ana Marta R. “O Conselho de Intendência Municipal: Autonomia e Instabilidade (1889-1892)”. Rio de Janeiro: CEH/FCRB, 1984; WEID, Elizabeth von der. “O Prefeito como Intermediário entre o Poder Federal e o Poder Municipal na Capital da República”. Rio de Janeiro: CEH/FCRB, 1984; BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra nas Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

[8] FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000; MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo ... De cidade-capital a Estado da Guanabara*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997. (Tese de Doutorado); ALMEIDA, Monica Piccolo. *O Rio de Janeiro como Hospedaria do Poder Central. Luta Autonomista: elite política e identidade carioca (1956-1960)*. Rio de Janeiro: Universidade Janeiro, 1997. (Dissertação de Mestrado); SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *Autonomia e participação: O partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. (Dissertação de Mestrado); FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

[9] Esta influência se manifesta no uso de conceitos formulados pelo sociólogo francês como poder simbólico, capital político, campo político, estratégia, entre outros. Ver do autor: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

[10] PINTO, Surama Conde Sá. *Elites Política e o Jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. (Tese de Doutorado)

[11] No capítulo *Os Profissionais da Política na Capital Federal*, através da utilização do método prosopográfico, é analisado o perfil de prefeitos, deputados e senadores que fizeram parte da representação do Distrito Federal entre 1909 e 1922. A idéia central é mostrar que apesar da grande presença de elementos não naturais da cidade este grupo passou por um processo de socialização, desenvolvendo redes de relações e se imiscuindo nos assuntos políticos do município. Num segundo momento, com base nos dados apresentados, são discutidos os elementos básicos para a construção de uma carreira política na capital da República no período.

[12] No quinto capítulo, através de uma análise comparativa das gestões de Paulo de Frontin e de Carlos Sampaio são discutidas e revistas uma série de questões relativas ao papel dos prefeitos do Distrito Federal no jogo político carioca

[13] No capítulo *As siglas da Política Carioca*, através da recuperação das experiências do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), da Aliança Republicana (AR) e do partido homônimo ao PRDF, criado em 1918, são discutidos o papel e a importância destas organizações no ordenamento do campo político carioca.

[14] No terceiro capítulo, onde é feita a recuperação da ação da chamada Câmara Alta nos litígios envolvendo a Prefeitura municipal e o Conselho de Intendência, com base no método quantitativo, são analisados todos os pareceres elaborados pelas comissões responsáveis pelo julgamento dos vetos dos prefeitos bem como as votações finais destes pareceres entre 1909-1922.

[15] Através do mapeamento da ação do grupo (numa pesquisa que levou em conta todos os pronunciamentos realizados entre 1909 e 1922) são analisados os eixos orientadores da ação de deputados e senadores da representação carioca, questões que suscitavam consenso, temáticas que provocavam dissenso, bem como o tipo de relação estabelecida com representantes do governo federal.

[16] A escolha na tese como balizas cronológicas o período compreendido entre 1909 e 1922 levou em conta não só a carência de estudos para este período como o fato de

tratar-se de uma quadra importante não só para a política nacional como para a política na cidade já que compreende a Campanha Civilista e a Reação Republicana, movimentos que vão mobilizar grupamentos políticos cariocas e nos quais a idéia da autonomia política do Distrito vai emergir nos debates.

[17] Para discutir e testar estes enunciados foi realizada uma ampla pesquisa a partir de fontes de natureza variada, incluindo Anais das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado), arquivos privados (Paulo de Frontin, Carlos Sampaio, Amaro Cavalcanti, Rui Barbosa, etc.) arquivos de instituições (Clube de Engenharia, Instituto dos Advogados Brasileiros, Centro Industrial Brasileiro, etc...), imprensa e biografias individuais e coletivas, entre outros.

[18] Ver ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et Federalisme au Bresil (1889-1930)*. Paris: Université de Paris-Sorbonne, 1993. (Tese de Doutorado). Ver também BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: Os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica*. Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão, 2004.

[19] O Hotel dos Estrangeiros, onde acabou assassinado, era uma espécie de segundo QG de Pinheiro Machado na cidade.

[20] PINTO, Surama Conde Sá. *Elite Políticas e o jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002, p. 118. (Tese de Doutorado)

[21] Anais da Câmara dos Deputados, 1915, vol. VII, 534-7. Neste mesmo volume Barbosa Lima definiu o Pinheirismo do ponto de vista financeiro como “a bancarrota, foi a fallencia fraudulenta, sem igual na história dos honradísimos costumes da collectividade brasileira.”, págs. 635-639

Floriano de Britto, Nicanor Nascimento e Camará foram os deputados da bancada carioca que discursaram sobre o assassinato de Pinheiro Machado na Câmara.

[22] ACD, 1921, vol. XVI, p. 95

[23] Depoimento de Francisco Manso de Paiva Coimbra, assassino confesso de Pinheiro Machado. *Correio da Manhã*, edição de 10/09/1915.

[24] De acordo com Bourdieu, a noção de estratégia deve ser entendida como um conjunto de ações produzidas por um determinado indivíduo ou grupo, consciente ou inconscientemente, visando à sua reprodução. BOURDIEU, Pierre. “Das regras às estratégias” In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 81-84.

[25] O capital político de acordo com Bourdieu “... é uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhe reconhecem”. [25] Esse capital só pode ser conservado mediante trabalho constante de acumulação de crédito, bem como de evitar descrédito